

Será o encilhamento?

BEATRIZ MARINHO



A liquidez do mercado financeiro anda mais estreita do que nunca por causa da austera política monetária imposta pelo governo, que descompensou o setor na tentativa de reduzir a taxa de inflação no País. Tanto que 11 instituições, entre distribuidoras de valores, bancos estaduais, agências de crédito imobiliário e caixas econômicas — estatais e privadas de vários pontos da Federação —, foram *constrangidas* pelo governo federal a jogar a toalha. Num processo que anda longe do esgotamento em face do *novo-velho* perfil político brasileiro desenhado nas últimas eleições.

Há muita expectativa de quebra-deira na praça. Por causa disso, o governo deverá lançar novas medidas para suspender aplicações no crédito rural, que andavam trazendo sérios problemas para os bancos. Muitas das instituições falidas, inclusive, emprestaram para o crédito rural com base nas exigibilidades tradicionais, como depósitos e créditos à vista, depósitos a prazo, tributos, etc. Hoje, contudo, os tributos têm um floating muito curto na rede bancária, quase não há mais depósitos à vista e, porque o compulsório arrecadado pelo governo incide sobre o total daquelas exigibilidades, os bancos não dispõem mais dos bons recursos de outros tempos para aplicações livres.

Tudo porque o Banco Central elevou o compulsório a 45% das exigibilidades totais e ainda obrigou os bancos a emprestarem um terço dos 55% restantes em aplicações com taxas negativas no crédito rural. Tal dinheiro rende 8% aos bancos na *conta-empréstimo*, mas a contrapartida é um custo de captação nunca inferior a 50% ao ano, além de correção monetária. A inadimplência é inevitável, porque os bancos ficam sem recursos e o dinheiro escasseia em face da política monetária vigente. Quanto à poupança interna, ela apenas desaparece. Não só pelo temor de novos seqüestros, mas também pela atração irresistível de aplicações mais sólidas e menos arriscadas. Como CDBs de bancos estrangeiros ou nacionais de primeira linha — tipo Bradesco, Itaú, Unibanco, etc. —, já que é muito crítica a situação dos demais.

O governo, hoje em dia, só prática política monetária em cima do ouro e do câmbio, o que faz com que os próprios títulos federais sejam rejeitados pelo sistema financeiro. Exemplo disso pode ser comprovado pelos problemas dos títulos da dívida agrária interna,

ESTADO DE SÃO PAULO

20 OUT 1990

que, mesmo sendo de longo prazo — e de difícil liquidez, portanto —, já andam encilhados por causa da enorme quantidade deles vencidos e não pagos há mais de 180 dias.

Os títulos estaduais não têm melhor sorte. As distribuidoras responsáveis pela administração da dívida pública em diversos Estados — como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, etc. — estão em situação dramática, de vez que tais títulos não conseguiram captar poupanças no mercado, muito menos suprir de recursos os tesouros estaduais.

Parece consequência lógica, assim, que instituições bancárias oficiais — como o Banerj, Bernge, Baneb, Bandepe, etc. — estejam em situação tão delicada. Elas simplesmente não dão conta da cobertura das respectivas compensações, passando permanentemente no redesconto da liquidez com o Banco Central muito mais tempo do que gostariam. No caso do Banerj, por exemplo, já são mais de seis meses, pela impossibilidade total da instituição de levantar recursos no mercado com base exclusiva nos títulos do ERJ. O Tesouro estadual apenas não consegue mais vender as obrigações

As elites financeiras ignoram investimentos na produção e geração de empregos

locais (carioquinhas) e o Banerj nem sequer logra colocar seus CDBs para os investidores.

A resposta federal ao resultado das eleições será pouco ou nenhum respaldo técnico aos governos que se instalaram com suas respectivas deficiências contábeis crônicas ou agudas — trazidas e ou herdadas. Há tanto fisiologismo prestes a assumir o poder que, para evitar o festival distributivista que se avizinha, urge a providência. O Banco Central tenderá a encerrar as atividades de muito mais bancos estaduais que são emissores de moeda para resolver (ou evitar) problemas de clientelismo. Com todas as exigências anexas para impedir maior fuga da poupança nacional para o Exterior. Porque essa é, como se sabe, e infelizmente, a tendência natural quando não existe mais credibilidade nos títulos das dívidas públicas — federal ou estaduais.

Hoje, as principais dificuldades do governo são reverter tendências, mudar expectativas, criar conscientização na sociedade no sentido da alocação de recursos para as atividades produtivas, desviando-as apenas das aplicações financeiras. É a resistência cega a esse

conjunto, porém, que alimenta de forma insuportável a grande crise à espreita.

Especulação é um dos tantos itens de qualquer mercado financeiro que se preza, mesmo em países tecnicamente organizados, mas nunca é a regra geral, como é rotina nas republiquetas. Nossas elites financeiras, contudo, nada percebem, porque não conseguem mais pensar, ou enxergar além do próprio umbigo, ignorando totalmente investimentos na produção e geração de empregos, optando sempre por ganhar tudo de uma só tacada. E, no caso brasileiro, segundo os especialistas garantem — passem! —, bastaria que não mais do que 50 empresários de grande porte decidissem investir de fato para criar o único combustível viável para o País a curto prazo: esperança. Não é por outro motivo que tudo acaba mesmo se refletindo no sistema financeiro nacional. O que vai continuar falindo muitos de seus participes — pelo menos até que o governo federal consiga impor de forma muito contundente seu estilo de mudança da atual situação.

Mas o que já está acontecendo afetará, no mínimo, três grandes bancos (de Minas, Paraná, e Bahia), instituições múltiplas (que se estabeleceram sem respaldo técnico/econômico), supermercados pioneiros (do RJ), empreiteiras, construtoras, consultorias e até mesmo escritórios de lobby, entre outros. Perderá com isso o próprio governo, que encalhará seus títulos, terá prejuízo e não disporá do montante dos impostos para fazer frente a seus inúmeros e já defasados compromissos.

Nosso impasse está armado no seguinte domínio: os Estados não pagam ao Banco do Brasil; o Banco Central não tem divisas para remeter ao BB no Exterior e saldar compromissos inadiáveis; no mercado interno, as finanças públicas estão exauridas com despesas maiores do que a arrecadação; os governos estaduais sangram seus bancos oficiais e vendem CDNs num mercado que nada compra porque a inadimplência é total; o próprio BC não ajuda, ao obrigar empresas públicas e de economia mista a terem prejuízo por não irem ao mercado e só aplicarem suas reservas na instituição (DL-1.290). Todo esse conjunto aponta na direção de um novo encilhamento.

Para o Brasil de tantos problemas, o pano de fundo é uma crise internacional; expectativas de engorda dos portfólios do BB e do BNDES e, naturalmente, a dificuldade de não dispor nas proximidades de alguém parecido com Joaquim Muritinho no comando da economia.